

Evolução dos produtos e serviços sustentáveis dos maiores bancos brasileiros

FABIO APARECIDO BRUSCHI JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

LETICIA DA SILVA INÁCIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

IVETE DELAI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DOS MAIORES BANCOS BRASILEIROS

1 INTRODUÇÃO

Em meio às constantes influências do ambiente interno e externo, as organizações vivenciam mudanças que podem alterar processos, valores, políticas e estruturas. Duas influências atuais são a preocupação com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Identificar antecipadamente potenciais situações que possam impor danos irreversíveis à natureza e encontrar meios para atuar sobre esses problemas é um desafio. Empresas mais integradas e preocupadas com o desempenho organizacional têm incluído práticas e produtos de responsabilidade socioambiental em seu comportamento. Essas práticas, quando exercidas nas três dimensões da sustentabilidade corporativa (econômica, ambiental e social) podem proporcionar benefícios expressivos às empresas (Romano, 2014).

Desde 1980, o desenvolvimento sustentável, é tido como um processo pelo qual se deve buscar o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras. Nesse processo, a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (WCDE, 1987). Quando o conceito de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte das agendas das empresas, houve a tentativa de estabelecer padrões de produção que resultem em produtos e serviços que preservem o meio ambiente. Demonstrando uma nova perspectiva, muitas empresas passaram a operar com base em valores ambientais (Abreu, 2001). Assim, as corporações têm percebido que, mais do que respeitar a legislação, precisam adotar práticas ecologicamente corretas no processo produtivo. Dessa forma, para que sobrevivam no mercado, mais do que economicamente lucrativas, é necessário ser ecologicamente corretas e se preocupar com a sociedade na qual estão inseridas (Pereira *et al.*, 2016; Tan *et al.*, 2017).

A crescente pressão por parte da sociedade para que todos os setores empresariais ajam com responsabilidade ambiental, e a adesão dos principais bancos ao Protocolo Verde, cujo objetivo principal é o fomento de políticas e práticas socioambientais multiplicadoras, indicam a inserção de práticas sustentáveis no escopo das instituições financeiras (Protocolo Verde, 1995). Essas instituições são agentes importantes de sustentabilidade na medida em que podem cooperar para a sustentabilidade econômica, considerada como necessidade para o equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade, na dependência da sustentabilidade política nacional e internacional (Sachs, 2010). Para atingir o estágio de banco sustentável, com vantagem competitiva e fator de diferenciação de seus concorrentes, é necessária a adoção de algumas medidas. Dentre alguns exemplos estão: reduzir o consumo de energia e de materiais em suas atividades; atribuir aos investimentos ambientais a mesma importância dos demais investimentos; valorizar a opinião dos consumidores quanto a seus produtos e serviços e manter aberto ao diálogo com os diversos atores sociais para o planejamento e a avaliação das atividades desenvolvidas (Santos & Finazzi, 2008). Essas ações integram a evolução de uma organização financeira tanto em direção à sustentabilidade, quanto em direção à responsabilidade social e ambiental, pois consideram a preservação do meio ambiente e a formação de uma sociedade mais justa (Tosini *et al.*, 2008). Portanto, banco sustentável, segundo Silva Inácio & Delai (2021), pode ser compreendido como um agente que contribui para o desenvolvimento sustentável através de produtos, serviços e práticas que beneficiem as dimensões ambiental, social e econômica no curto, médio e longo prazo.

Apesar da importância dessas instituições financeiras para o desenvolvimento sustentável, uma revisão bibliográfica na literatura brasileira revelou estudos incipientes com foco no estudo

da sustentabilidade no setor bancário. Identificou-se um grupo que trata das práticas de finanças sustentáveis dos grandes bancos brasileiros e suas diferenças e semelhanças em termos internacionais e nacionais, como Lins & Wajnberg, 2007; Inácio & Delai, (2017). Outro grupo aponta que aplicação e uso do termo finanças sustentáveis no contexto acadêmico brasileiro ainda é muito embrionário (Comini *et al.*, 2011). Porém, não foi identificado algum com foco específico em inovação sustentável em bancos que não sejam considerados de grande porte. Diante deste contexto esta pesquisa visa contribuir para esta lacuna ao identificar a evolução do conjunto de produtos e serviços sustentáveis ofertados pelos bancos comerciais grande e médio brasileiros, suas diferenças e semelhanças por tipo de controle e grau de atendimento da legislação pertinente. O trabalho apresenta uma fundamentação teórica acerca da sustentabilidade no setor bancário e seus produtos e serviços, o método de pesquisa, os resultados e discussões gerados e se finda com a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de desenvolvimento sustentável, tido como uma forma de direcionar os investimentos para atender às necessidades atuais da humanidade sem comprometer a capacidade de exploração de recursos pelas gerações futuras (WCED, 1987), foi publicado, em princípio, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, por meio do relatório de *Brundtland*. Buscando integrar os âmbitos econômico, ambiental e social, Elkington (1997) desenvolveu o *Triple Bottom Line*, ideia empregada também por Dillick & Hockerts (2002) para sustentar o pensamento de que a coesão das atividades empresariais nessas três dimensões é imprescindível para a manutenção da competitividade das organizações. Na esfera ambiental, a exploração de recursos naturais deve acontecer de forma consciente e responsável, buscando garantir as condições necessárias para o meio ambiente se reconstituir por conta própria (Dillick & Hockerts, 2002). Portanto, o desenvolvimento sustentável nesse quesito se trata, portanto, do esforço para alinhar os objetivos da empresa com a preservação do meio ambiente, ponderando sobre ações que danificam a natureza, como comprometer a qualidade do ar e recursos hídricos ou deteriorar a biodiversidade (OECD, 2001). Já a dimensão social, encarrega-se da integridade da vida humana; o comportamento das organizações deve, portanto, estar alinhado ao bem-estar da sociedade na qual atuam (Dillick & Hockerts, 2002). No âmbito econômico, a lucratividade da empresa deve estar em consonância com os interesses e a satisfação de seus investidores e acionistas (Dillick & Hockerts, 2002).

Nesse contexto, um banco sustentável pode ser definido como aquele que oferece produtos, serviços e práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável, beneficiando as dimensões ambiental, social e econômica no curto, médio e longo prazo (Silva Inácio & Delai, 2021). Embora esse setor tenha impactos diretos ambientais e sociais baixos, seu impacto indireto é significativo e seu papel como estimulador do desenvolvimento sustentável vem ganhando reconhecimento mundial (Lins & Wajnberg, 2007; Inácio & Delai, 2017). Ainda segundo esses autores, ao exercer esse papel de agente catalisador do desenvolvimento sustentável, pode haver criação de valor para seus acionistas. Esse fato torna-se ainda mais relevante devido à grande capilaridade do setor, o que possibilita o alcance de quase toda a extensão do território brasileiro.

Segundo Lins & Wajnberg (2007), uma instituição financeira com características sustentáveis envolve o desenvolvimento e a oferta dos seguintes produtos ou serviços:

- Avaliação dos Riscos Socioambientais em Financiamentos – Ao levar em consideração uma avaliação dos riscos socioambientais envolvidos na concessão de crédito, a instituição financeira está fomentando projetos que incentivem e contribuam para um desenvolvimento mais sustentável. No Brasil, essa prática vem sendo adotada pela maioria das empresas envolvidas no setor (Lins & Wajnberg, 2007).

- Crédito responsável - Ações ligadas a empréstimo e financiamento que tem como objetivo melhorar a situação financeira de seu cliente e não de prejudicá-lo. Ao oferecer créditos menores que se alinhem com o perfil de clientes de baixa renda, mantém estes por longos anos, além de criar um vínculo de confiança, o que auxilia no aumento da reputação e no crescimento da marca (Lins & Wajnberg, 2007). Essa medida ainda é pouco utilizada no setor nacional, pois requer muito cuidado na implementação e utilização (Lins & Wajnberg, 2007).
 - Microcrédito – Concessão de financiamentos para pessoas de classes mais desfavorecidas, que antes não tinham condição de participar de linha de crédito tradicional (Lins & Wajnberg, 2007). Como essas pessoas não têm condições de oferecer garantias para o financiamento, este é oferecido em grupo e objetiva à criação de atividades que visam gerar renda.
 - Fundos Socialmente Responsáveis - Carteiras de ações que contêm títulos de empresas comandadas seguindo os melhores hábitos de sustentabilidade e governança, gerando muito valor aos seus acionistas ao longo prazo. É um investimento que vem crescendo abruptamente nos últimos anos (Lins & Wajnberg, 2007).
 - Financiamentos Socioambientais – Financiamentos voltados a projetos de caráter socioambiental e que incentivam melhorias no meio ambiente e nas comunidades. Com o aumento da conscientização, é esperado um crescimento desse produto e tipo cresça nos próximos anos (Lins & Wajnberg, 2007).
 - Mercado de Carbono – Mercado com o intuito de desenvolvimento de projetos que visam reduzir a emissão de diversos gases que aumentam de forma significativa o aquecimento global. Foram criados créditos de carbono que podem ser comercializados no contexto do Protocolo de Kyoto. Um levantamento feito em 2006 estima o valor desse mercado em cerca de 30 bilhões de dólares (Lins & Wajnberg, 2007).
 - Seguros Ambientais – Visa cobrir gastos causados por atividades poluidoras; geralmente, ações são pensadas já na contratação para evitar maiores riscos (Lins & Wajnberg, 2007).
- Além desses, Bruschi Júnior & Delai (2019) identificaram e dataram mais um produto:
- Títulos Verdes: Instrumentos de dívida emitidos por empresas, governos e entidades multilaterais negociados nos mercados de capitais com a finalidade de atrair capital para projetos que tenham como propósito um impacto socioambiental positivo (B3, 2021).

3 MÉTODO DE PESQUISA

Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar a evolução da gama de serviços e produtos sustentáveis oferecidos pelos bancos comerciais brasileiros de grande e médio porte, suas semelhanças e diferenças em função do tipo de controle, a influência governamental nesses produtos e o grau de atendimento à legislação. Para isso, optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, devido ao fato do intuito primário ser responder a uma hipótese e secundário visar coletar, analisar e interpretar os dados.

Primeiramente, buscou-se entender o aspecto teórico que envolve banco sustentável, inovação e produtos e serviços sustentáveis no contexto brasileiro. Para isso, foi utilizado o modelo de Lins & Wajnberg (2007), um dos estudos mais amplos no tocante a finanças sustentáveis com ênfase em produtos e serviços socioambientais, o qual foi complementado por trabalhos de Bruschi Júnior e Delai (2019). Assim, os produtos e serviços utilizados de alicerce para esse artigo são: crédito responsável, microcrédito, mercado de carbono, seguros ambientais, fundos socioambientais e avaliação de riscos socioambientais, títulos verdes e consórcio socioambiental. Os conceitos desses estão no capítulo de fundamentação teórica, com exceção dos consórcios socioambientais, que estará na sessão de resultados.

O próximo passo foi a compreensão da legislação brasileira sobre sustentabilidade no setor bancário. Para isso, foi utilizado o estudo de Bruschi Júnior & Delai (2019), que discorre sobre a Resolução 4327 (Banco Central Do Brasil, 2014), que obriga o banco a ter uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), e sobre a lei 13636 de 20 de março de 2018

(Brasil, 2018), relacionada ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que, apesar de ser voluntário, fomenta a finança sustentável no Brasil. Os vinte e três bancos que serão estudados, também foram destacados por Inácio & Delai (2017) (Tabela 1) ou por Bruschi Júnior & Delai (2019) (Tabela 2), que focam nos bancos considerados de grande porte, e em 80% do escopo dos bancos de médio porte, respectivamente. A classificação do porte dos bancos é definida pelo Banco Central do Brasil (BCB) e correlaciona a participação relativa do ativo total ajustado de cada banco com a soma dos ativos totais ajustados de todas as instituições financeiras, sendo elas: bancos comerciais, bancos múltiplos e caixa econômica. O conjunto de instituições que representa até 70% desse acumulado é classificado como bancos de grande porte, entre 70% e 95% como de médio porte e acima de 95% pequeno porte. Dos bancos apresentados nas Tabelas 1 e 2, foram descartados o Citibank, pois se fundiu ao Itaú e o CCB, que apresentou dificuldades de acesso às páginas e aos *websites* no ano de 2021.

Os produtos e serviços sustentáveis foram coletados do próprio *website* das instituições estudadas e dos Relatórios de Sustentabilidade. Foi utilizado o software Microsoft Excel para construção de planilhas com informações do banco e do produto. Tal planilha foi complementada com dados de anos anteriores, 2018 e 2021, obtidos de Bruschi Júnior & Delai (2019) e Inácio & Delai (2017), para que o comparativo de evolução pudesse ser realizado. Após a análise individual, foi feita uma análise evolutiva dos produtos, das finanças por banco, por tipo de controle e por tipo de investimento, da relação entre produtos e bancos e da relação dos produtos e finanças com os repasses governamentais. A análise evolutiva foi feita pelo comparativo em números absolutos e em percentual evolutivo [(Quantidade do ano de 2021 – Quantidade do ano de 2018)/Quantidade do ano de 2018] de cada produto e em cada banco. Por fim, foi analisado o grau de atendimento de cada banco à legislação vigente no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise da evolução dos produtos socioambientais

Ao analisar a Tabela 3, é possível perceber que, considerando o ano de 2018 em relação ao ano corrente de 2021, um novo produto foi levantado: o consórcio socioambiental. Ele pode ser definido como todo e qualquer consórcio que se relacione com uma melhoria social, como, por exemplo, consórcio para garantir intercâmbio e especialização na área da educação, ou melhoria ambiental como carros elétricos, tratamento de resíduos ou placas fotovoltaicas. Com relação à evolução, é possível notar que todos os produtos tiveram aumento quantitativo em relação ao ano de 2018, a maioria expressivo, o que mostra uma maior oferta pelos bancos, com destaque para o microcrédito. Ele que já era o produto mais utilizado em 2018 e teve uma evolução de mais de 170%, se destoando ainda mais em relação aos outros produtos. O financiamento que também já era volumoso em quantidade, dobrou de tamanho e passou a ter mais de 140 finanças. Títulos verdes e seguros ambientais também tiveram um aumento percentual expressivo, mas numericamente esse valor ainda não é significativo no todo. Utilizando a regra de Pareto, nota-se que microcrédito, financiamento socioambiental, avaliação de riscos socioambientais e crédito responsável correspondem a cerca de 87% dos dados, assim, serão mais aprofundados em seu escopo.

A Tabela 4 mostra os tipos de microcrédito encontrados que são detalhados a seguir:

- Microcrédito – Industrialização: Para pessoas físicas/jurídicas que desejam adquirir equipamentos/utensílios, construir, aumentar a industrialização nas atividades agropecuárias;
- Microcrédito - Agricultura/pecuária: Para pessoas físicas/jurídicas que promovem o uso da agricultura, pecuária, sendo por meio de acesso a crédito facilitados, pagamentos antecipados;
- Microcrédito – Ecologia: Para investimento em práticas sustentáveis que auxiliem em implantação de colheita de frutas e exploração extrativista ecológica, em implantação de energias renováveis e em diminuição de carbono;
- Microcrédito – Minorias: Para mulheres, jovens, famílias de baixa renda, vítimas de desastres

naturais ou investimento em graduação de pessoas de baixa renda;

- Microcrédito – Custeio: Para pessoas jurídicas exclusivas de custeio, ou seja, linhas de crédito que cubram os custos de produção, muito voltada ao setor rural como um todo;
- Microcrédito - Capital de Giro: Para pessoas jurídicas que permitem melhorias ao cliente, aumento do capital de giro da empresa;
- Microcrédito – Empreendedor: Para os empreendedores, principalmente micro e pequenos;
- Microcrédito – Outros: Linhas diversas, como, por exemplo, para apoiar demandas de consumo do dia a dia, para funcionários ou clientes determinados ou não especificadas;
- Microcrédito - Regional/Governo/Servidor público: Para uma região do Brasil ou exclusivas para servidores públicos.

Pode-se destacar que, com exceção dos microcréditos outros e empreendedor, o restante dos microcréditos tiveram crescimentos expressivos, mostrando que o grande aumento do microcrédito como um todo teve contribuição de todas as partes. O microcrédito de industrialização era o mais utilizado em 2018 e se manteve no ano de 2021, com uma evolução de 179%, valor relevante, porém, não é o de maior evolução. O microcrédito voltado para minorias foi o que apresentou maior salto, saindo de 9 para 35, com uma evolução de 289%, seguido pelo microcrédito de custeio com 275%.

A Tabela 5, demonstra os tipos de financiamentos:

- Financiamento - Energias renováveis: Para utilização de energias renováveis, como placas fotovoltaicas, gás natural e aerogeradores;
- Financiamento – Minorias: Para pessoas com menor poderio financeiro, programas como “minha casa, minha vida”, para acessibilidade de pessoas com alguma deficiência, infraestrutura básica e geração de empregos;
- Financiamento - Água/Resíduos: Para o tratamento de águas, captação de água da chuva, reutilização de água, tratamento e destinação correta de resíduos;
- Financiamento – Educação: Para financiar graduações, pós graduações, material escolar, cursos pré-vestibular;
- Financiamento - Redução de carbono: Para reduzir a emissão de carbono, no campo ou cidade;
- Financiamento - Certificações sustentáveis: Para auxílio em certificações de prédio/casa/estabelecimento sustentáveis e certificação florestal;
- Financiamento – Regional: Para atender alguma região do Brasil;
- Financiamento - Agricultura/Recuperação de solos: Para melhoria da agricultura, financiamento para agricultores sem terra, ou compra de imóvel rural, modernização das atividades agropecuárias ou recuperação dos solos.
- Financiamento - Veículos/Biocombustíveis: Para veículos sustentáveis ou para produção de biocombustíveis;
- Financiamento - Eficiência Energética: Para propostas que visam maior eficiência energética, como troca de lâmpadas ou melhoria de sistemas de água;
- Financiamento – Outros: Linhas diversas, como financiamento de economia circular ou governança corporativa.

O aumento de 100% no valor total dos financiamentos ocorreu em todos os tipos, exceto financiamento outros que se manteve e o financiamento de certificações sustentáveis que apresentou uma queda de 25%, porém, isso representa 2 finanças. Além disso, financiamento voltado a energias renováveis, que era em disparado o tipo de produto mais oferecido pelos bancos em 2021, ainda mantém sua posição, com um aumento de 43%. Porém, o segundo colocado, financiamento de minorias, teve um aumento de 222%, aproximando essa linha em números absolutos do financiamento mais oferecido. O terceiro principal financiamento, de águas/resíduos, demonstrou uma evolução de 467%. Outro destaque é o financiamento regional

que teve um aumento de 1200%, valor percentual expressivo, porém, em números absolutos ocupa a quarta posição em 2021, o que se justifica pelo fato de possuir uma finança em 2018.

A tabela 6 trata dos tipos de avaliação de risco socioambiental:

- Avaliação dos clientes: Toda e qualquer avaliação feita pelos bancos para entender a capacidade do cliente para determinada linha de crédito ou avaliações ambientais, com a necessidade de apresentação de documentos (principalmente para pessoas jurídicas);
- PRSA - Política de Responsabilidade Socioambiental: Política obrigatória no Brasil para todo banco e de divulgação tanto externa quanto interna;
- Outros: Matriz de risco socioambiental, norma de risco socioambiental, painel de gestão e gerenciamento de projetos;
- Auditoria em políticas de avaliação de riscos socioambientais: Auditorias aplicadas pelo próprio banco em suas avaliações garantir a atualização e uso correto das mesmas.

Percebe-se uma evolução de apenas 16% em avaliações de risco socioambientais em relação a 2018. Com somente quatro vertentes desse produto, duas não tiveram aumento, avaliação dos clientes teve um decréscimo de 6% e auditorias em políticas de avaliação se manteve. O tímido aumento se deve ao maior número de bancos com PRSA, com uma evolução de 53% e a categoria outros com 50%.

A Tabela 7 diz respeito ao crédito responsável e seus seguintes tipos: cursos/palestras/guias de educação financeira; plataforma/sites/jogos sobre educação financeira; treinamento de clientes; educação financeira no ensino básico; treinamento de funcionários. Este produto demonstrou um aumento de 64%. Esse aumento foi devido principalmente por plataformas/sites e jogos que teve um aumento de 189% e passou a ser o tipo de finança desse produto mais utilizado no ano de 2021, enquanto cursos e palestras também tiveram um aumento de 33%. As demais tiveram aumentos em números absolutos extremamente baixos, com 1 no máximo, ou se mantiveram, como no caso da educação financeira no ensino básico.

4.2 Análise da evolução das finanças socioambientais em relação aos bancos, individualmente, por tipo de investimento e por tipo de controle

Foi realizada a análise da quantidade de finanças sustentáveis encontradas por banco, presente na Tabela 8. A taxa evolutiva de alguns bancos se destaca, como ING, Banrisul, Santander, Daycoval e Pan, com todos eles apresentando taxa evolutiva de 200% ou mais, mas ao contrapor a taxa evolutiva com números absolutos, nota-se que Pan e Daycoval possuem números absolutos baixos. Os outros merecem um maior destaque por seus números absolutos, principalmente o banco Santander, que no ano de 2021 foi o segundo banco com mais finanças encontradas e ao mesmo tempo apresentou taxa evolutiva de 225%. Outro destaque é o Banco do Brasil, que mesmo com a liderança no número de finanças no ano de 2018, dobrou essa quantidade e obteve uma taxa evolutiva de 100%, valor não tão alto quanto outros, mas, ao se cruzar números absolutos e taxa evolutiva se percebe uma grande relevância. Com relação ao porte dos bancos, como esperado, os maiores bancos obtiveram as maiores quantidades de finanças. O banco do nordeste ressalta-se, pois, apesar de ser médio porte, concorre em número com bancos de porte superior, inclusive, oferecendo mais finanças do que a própria CEF que é considerada de grande porte. Ao considerar a taxa evolutiva, o Bancoob e o banco Votorantim, ao contrário dos demais, apresentaram uma pequena queda em seus números de finanças, tanto em números absolutos, quanto em percentual evolutivo, logo por esse motivo não causaram grande impacto na taxa evolutiva total que chegou a um patamar superior a 100%. Por fim, nota-se que Banco do Brasil, Santander, Itaú, Bradesco, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal aglutinam 60% do volume de dados total de todos os bancos.

Ao analisar os bancos por tipo de investimento, na Tabela 9, percebe-se que os bancos nacionais tiveram a maior evolução em relação as três vertentes existentes, com uma quantidade por banco de em média 36.83, mais que o dobro do valor anterior. Já a cooperativa, apesar de

ter apenas duas em todos os bancos analisados, tem uma quantidade por banco alta, porém, foi a que menos mostrou evolução no período com apenas 21%. Os bancos com investimento estrangeiro têm a menor quantidade por banco, porém, mostraram uma evolução de 75% em relação ao ano de 2018. Assim, todos contribuíram para a evolução de mais de 100% no geral, principalmente os bancos de investimento nacional. A Tabela 10 mostra a evolução dos bancos considerando tipo de controle, sendo este público, privado ou cooperativa. Como o escopo de dados é o mesmo da tabela anterior o aumento geral se mantém, assim como a média por banco, mas a alteração entre vertentes de modifica, com exceção da cooperativa, que se enquadra na mesma análise anterior. Os bancos privados obtiveram a maior evolução percentual com 122% em relação aos bancos públicos que obtiveram 111% e as cooperativas com 21%, mas ao cruzar esses dados com a quantidade por banco, vê-se que os bancos públicos obtêm uma média de 53,20 finanças por banco, enquanto os estrangeiros, apenas 22,94, menos que a metade.

4.3 Relação evolutiva entre produtos e bancos

Para uma melhor visualização dos dados foi utilizado o princípio de Pareto para os produtos, sendo analisados: microcrédito, financiamento socioambiental e avaliação de riscos socioambientais. Já com relação aos bancos serão analisados os 6 primeiros, pois apesar de eles não comporem sozinhos os 80%, eles somam cerca de 60% dos dados e são os que mais se destacam, com os demais bancos muito próximos uns dos outros. Assim, a partir da Tabela 11, com relação às avaliações de riscos socioambientais, nota-se uma evolução tímida em percentual e em número absoluto referente aos 6 principais bancos, em que 3, mostram aumentos de uma prática de 2018 para 2021. Já com relação ao crédito responsável, observa-se que dos 6 bancos, 4 contribuíram para a evolução desse produto, destaques para o banco do Brasil que aumentou de 5 para 14, com uma evolução de 180% e para o Banco do Nordeste que saiu de 1 para 6, um aumento de 500%. Porém, a CEF que teve uma redução de uma finança.

O financiamento possui um cenário semelhante ao de crédito sustentável, com aumento em 4 bancos contribuindo para a evolução. O aumento percentual também é similar, mas os números absolutos demonstram uma evolução mais significativa. Detacam-se o Banco do Nordeste com um aumento de 1900% partindo de 1 para 20 finanças, se tornando um dos principais bancos em relação a sua contribuição com o total, e o Santander que em números absolutos obteve um aumento expressivo de 9 para 26 e percentualmente equivaleu a 189%. Por outro lado, o Bradesco teve uma redução de 3 finanças, único a apresentar uma regressão. Por fim, o microcrédito é a finança que obteve a maior evolução e percebe-se que todos os bancos apresentaram aumento, com destaque para o Bradesco que foi de 4 para 40 finanças com evolução percentual de 900%, o Santander que obteve uma evolução percentual de 800%, de 4 para 36 e o Banco do Brasil que mantém a liderança e com um aumento de 340%.

4.4 Relação entre produtos socioambientais e repasses governamentais

Foi notado que muitas das finanças encontradas vinham de repasses governamentais, principalmente do banco BNDES. Com isso, foi analisado a interferência desses repasses governamentais nas finanças como um todo. A Tabela 12 mostra que somente microcrédito e financiamento socioambiental detêm finanças que podem ser consideradas repasses governamentais, todos os outros produtos são próprios. Com relação ao microcrédito é notável o aumento de finanças próprias de 2018 para 2021 com um aumento de 214%, o mesmo para financiamento com 208%, enquanto o número de práticas ligadas a repasse governamental também teve aumento com 156% do microcrédito e 41% do financiamento. Ao analisarmos o parâmetro Y, definido como Finança Própria/Repasso Governamental, nota-se que o fator de divisão apresentou um aumento tanto no microcrédito, quanto no financiamento, o primeiro mais tímido, porém isso indica que mais finanças próprias tem surgido. Em relação aos financiamentos percebe que houve uma inversão na quantidade de práticas próprias e de

repassse governamental, em que os financiamentos de nível próprio hoje apresentam um valor numérico absoluto maior que o de repasses, por esse motivo o fator Y se mostra maior que 1.

A Tabela 13 diz respeito aos tipos de microcrédito distribuídos entre os tipos de investimento existentes entre os bancos. Os sinais positivos (+) presentes na tabela indicam que aquele tipo de microcrédito não existia no levantamento de 2018 e passou a existir. Percebe-se que existem muitos sinais positivos na tabela, mostrando que os vários tipos de microcrédito se distribuíram pelos tipos de investimento existentes na pesquisa, destaque para o microcrédito industrialização e microcrédito ecologia que surgiram em 3 colunas diferentes. Com relação à cooperativa, no quesito de microcrédito próprio, apresentou um aumento geral significativo de 350% com aumento em números absolutos de 7. Já o repasse governamental teve uma regressão geral de 20% e, com exceção do microcrédito empreendedor, com uma evolução tímida de 1 finança em número absoluto, todas as outras apresentaram quedas no número total, destaque para o microcrédito ecologia que caiu pela metade e microcrédito industrialização, que regrediu 25%, ou quatro finanças em números absolutos. Os bancos do tipo privado mostraram evolução tanto nas finanças próprias, quanto nos repasses governamentais, com valores absolutos semelhantes. Destaca-se o microcrédito industrialização que surgiu no tipo de finanças próprias, com 8 novas finanças e a evolução de 625% no requisito repasse governamental, já o microcrédito agricultura demonstrou aumentos expressivos em ambos.

Com relação ao controle público, o crescimento das finanças do tipo repasse governamental é bem maior do que as finanças próprias, tanto em números absolutos, quanto em números percentuais, o destaque é o microcrédito custeio na questão do repasse governamental com evolução de 267% e o microcrédito industrialização e minorias, em que ambos evoluíram cerca de 200%, já na finanças próprias nenhum grande destaque individual, mas houve uma regressão do microcrédito empreendedor, que apesar de tímida, destoa do padrão seguida pelas demais. Ao analisar o mesmo escopo de dados, mas por tipo de investimento (Tabela 14), as cooperativas têm os mesmos valores anteriores. O tipo de investimento estrangeiro teve aumento tanto nas finanças próprias, quanto na de repasses governamentais, apesar de ambos aumentarem as finanças do tipo própria e apresentaram uma evolução maior, com 540%, com destaque ao surgimento de novos tipos de microcrédito no escopo dos bancos desse tipo de investimento, principalmente para o microcrédito de agricultura e pecuária com surgimento de 10 tipos de finanças. No repasse governamental, o surgimento de novas vertentes de microcrédito explica o maior aumento no número absoluto total, destaque para o microcrédito industrialização com 9 práticas.

Os bancos de investimento nacional, também mostraram crescimento tanto na vertentes própria quanto na de repasses governamentais, só que o destaque maior fica para os repasses governamentais com um aumento percentual e em números absolutos bem maior com cerca de 240% e um salto de 49 práticas em 2018 para 168 em 2021, devido principalmente ao microcrédito industrialização com evolução de 253% e ao microcrédito agricultura/pecuária com 278%. Já nas finanças de tipo própria os aumentos que mais se ressaltam são de microcrédito industrialização, agricultura/pecuária e minorias, com evoluções de 300%, 300% e 367%, respectivamente. Além disso, os bancos de investimento nacional compreendem em seu escopo todos os tipos de microcrédito, seja sendo finança própria ou repasse governamental. E ao verificar a Tabela 15, as cooperativas possuem valores muito pequenos, tanto em finanças próprias, quanto no repasse governamental e, por isso, a evolução percentual se mostrou alta e foi justificada pelo surgimento de novos tipos de financiamento no escopo das cooperativas, destaque para o repasse governamental, que em 2022 apresentou mais três tipos de financiamentos: minorias, água/resíduos e agricultura/recuperação dos solos.

Já o tipo de controle privado teve um aumento considerável nas finanças do tipo própria, com o surgimento de 5 novas modalidades e o aumento de 4 das 6 que já existiam, com destaque para financiamento de minorias e água/resíduos que surgiram, e energias renováveis que em

números absolutos cresceu mais que as outras. Já na questão do repasse governamental, houve regressão da grande maioria das finanças existentes e isso se justifica na pequena regressão geral de 26%. Com relação ao controle público, tanto a vertente própria, quanto a de repasse governamental cresceram, apesar da vertente própria crescer 500%, em valores absolutos isso representa um aumento de apenas 5 finanças e a todas essas finanças surgiram de 2018 para 2021. Já o repasse governamental teve uma evolução de 95% e muito dela se deve ao financiamento regional que aumentou 1200% e em números absolutos evoluiu 12 finanças e ao financiamento de energias renováveis que aumentou 300%, 6 finanças em números absolutos.

Fazendo a mesma análise por tipo de investimento, Tabela 16, as cooperativas têm a mesma análise da tabela anterior. Já o investimento estrangeiro teve um aumento expressivo, mas finanças do tipo própria com 210% e em números absolutos subiu de 21 para 65, esse aumento pode ser explicado pelo surgimento de mais vertentes de financiamentos, como o de minorias com 19 e o de água/resíduos com 8, além da evolução de 33% das energias renováveis, 5 finanças em números absolutos. Diferente das finanças do tipo própria, as finanças de repasse governamental apresentaram quedas, de 9 para 5 em 2021. Por fim, os bancos de investimento nacional tiveram aumentos nas duas vertentes apresentadas, enquanto na própria subiu de 3 para 10, a evolução dos repasses governamentais aumentou 53%, mas foi de 36 para 55, em números absolutos algo bem mais significativo que as finanças próprias. Apesar de algumas finanças terem diminuído em quantidade, o aumento do financiamento do tipo regional e de energias renováveis segurou os valores e ainda conseguiu aumentar a quantidade encontrada em 2018, terminando com uma evolução de mais de 50%.

4.5 Análise da legislação vigente nos bancos estudados

Por fim, também foi considerada a legislação que se referem ao setor. A primeira, obrigatória, se trata de uma resolução número 4327, que relata em seu escopo como os bancos devem ter e aplicar a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). A segunda lei de número 13636 de 20 de março de 2018, se refere ao Programa de Responsabilidade Socioambiental (PNMPO), voluntária, voltada ao fomento do microcrédito no Brasil. Com relação à análise da segunda legislação, foi utilizado o mesmo balizamento proposto em 2019 por Bruschi Júnior e Delai: ter a presença de microcrédito em seu escopo de produtos (estimulando e promovendo o PNMPO); auxiliar em atividades produtivas rurais (seja pessoa física ou jurídica); auxiliar em atividades produtivas urbanas (seja pessoa física ou jurídica). O cumprimento de cada uma dessas exigências equivale a 33% do total, ao cumprir todos os parâmetros o banco confere 100% de cumprimento. A tabela 17, mostra a análise da legislação não obrigatória do microcrédito, em que a grande maioria das empresas utiliza essa lei e oferece de alguma forma o microcrédito em seu portfólio de produtos, os bancos que não oferecem nenhuma forma de microcrédito são bancos de médio porte, estrangeiros e privados.

Com relação a PRSA, a resolução 4327, os parâmetros usados também seguem Bruschi Júnior e Delai (2019): divulgação da PRSA de forma interna e externa; existência de diretor responsável; revisão a cada 5 anos; análise dos riscos e oportunidades socioambientais recorrentes da cessão do crédito. O cumprimento de cada um dos parâmetros configura 25% de cumprimento da lei, em caso de cumprimento de todos, o banco atinge 100%. Todos os 23 bancos cumpriram 100% dos requisitos, pois essa lei é obrigatória.

5 CONCLUSÕES

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a evolução da gama de serviços e produtos sustentáveis oferecidos pelos bancos comerciais brasileiros de grande e médio porte, suas semelhanças e diferenças em função do tipo de controle, a influência governamental nesses produtos e grau de atendimento à legislação, isso foi realizado por meio de coleta de dados com base nos relatórios de sustentabilidade e *websites* de cada instituição. Após a busca de dados já

dos 23 bancos, foi possível encontrar pelo menos um tipo de dado que fosse relevante para a pesquisa, em todos eles, logo é possível dizer que 100% desses bancos contribuíram para o resultado alcançado. A primeira constatação diz respeito à evolução dos produtos sustentáveis, no início da pesquisa eram oito, mas foi identificado a presença de um novo grupo de finanças, o consórcio socioambiental. Além disso, é possível concluir que houve evolução tanto quantitativa, quanto qualitativamente, pois em todos os produtos ocorreu algum aumento quantitativo, seja maior ou menor, e também foi encontrado um novo produto socioambiental, o que foi uma melhoria qualitativa. Aplicando o princípio de Pareto, nota-se que 4 dos 9 produtos apresentaram cerca de 87% dos dados levantados: microcrédito, financiamento socioambiental, crédito responsável e avaliação de risco socioambiental. Pode-se notar que não surgiu de 2018 para 2021 nenhum tipo de novo produto desses 4, em compensação, com exceção de financiamento de certificações ambientais e avaliação de riscos socioambientais, todos os outros ou se mantiveram ou mostraram evoluções. O destaque maior fica para o microcrédito e o financiamento socioambiental.

Também foi notada uma evolução em 18 bancos, sendo que dos outros 5, apenas Votorantim e Bancoob apresentaram queda, sendo esta pequena em números absolutos. Dos bancos que evoluíram, o destaque fica para o banco do Brasil e o Santander com evoluções bem significativas e ambos atingindo quase 100 finanças cada um em seu escopo no ano de 2021. Além disso, os bancos de grande porte mostraram um maior número de finanças do que os de médio porte, ressalva feita ao banco do nordeste que apresentou mais dados que a Caixa Econômica Federal. Com relação aos tipos de investimento, percebe-se que os bancos nacionais ultrapassaram as cooperativas em número de finanças por banco, chegando próximo a 37 finanças por banco, enquanto a cooperativa teve uma evolução mais tímida de apenas 21%, e os bancos estrangeiros de 75%, que ainda não foi o suficiente para que ultrapassem as cooperativas. Já o tipo de controle mostra um salto evolutivo enorme, com cada banco possuindo em média 53.2 finanças e os bancos privados também evoluíram de forma satisfatória, permitindo que a sua quantidade média de finanças se aproximasse por cooperativas, podendo dizer que são praticamente idênticos hoje.

Em sua maioria, os bancos mostraram evolução em pelo menos 3 das 4 finanças apresentadas e houve algum tipo de regressão na CEF em crédito responsável e no Bradesco em financiamento socioambiental, apesar de pequenas em números absolutos. Ademais, no quesito microcrédito todos tiveram evoluções expressivas, também com aumentos em números absolutos, principalmente no Santander, Bradesco e Banco do Brasil. Outra ressalva é o aumento em financiamento socioambiental do Banco do Nordeste, com 1900% de evolução e em números absolutos, uma evolução de 19 práticas. Em relação aos repasses governamentais, percebe-se que somente 2 dos 9 produtos tem algum tipo de repasse governamental e, com exceção dos financiamentos socioambientais no ano de 2021 em relação a 2018, todos os outros mostram que existem mais repasses governamentais do que práticas próprias, demonstrando uma grande influência governamental. Além disso, de modo geral, houve um aumento quase em todos os tipos de microcrédito e de financiamento socioambiental, além do mais, muitas vertentes novas foram inseridas dentro de cada tipo de controle e investimento, enquanto poucas se extinguíram. Ademais, os bancos de investimento nacional apresentam em seu escopo todos os tipos de prática de microcrédito, enquanto o restante sempre tem algum tipo faltante. As cooperativas se mostraram com menor escopo tanto quantitativo, quanto qualitativo, em relação a microcrédito e financiamento socioambiental. Por fim, notou-se que todos os bancos apresentaram 100% de atendimento à legislação obrigatória, porém, nem todos aderiram à lei voluntária, concentrando-se nos bancos públicos e de investimento nacional, e pouco em bancos estrangeiros, privados e de médio porte.

Portanto é possível concluir, de maneira geral, que em praticamente todos os aspectos dessa pesquisa, alguma evolução foi encontrada, seja esta quantitativa ou qualitativa e que cada

vez mais bancos tem buscado essas vertentes de produtos. Outro ponto é o repasse governamental, que se mostra um pilar importante ainda no oferecimento de diversas linhas de microcrédito e financiamento, e que ajuda o setor a se desenvolver como um todo. Essa pesquisa tem como contribuições acadêmicas e práticas a elucidação e o desenvolvimento de um tema de pouco estudo no Brasil, mas de extrema importância. Assim, o setor bancário, muitas vezes esquecido em temáticas ambientais e sociais, se torna meio de fomento a essas vertentes na sociedade e este trabalho demonstra uma das formas como isso tem ocorrido e evoluído.

As limitações desta pesquisa se encontram no fato da mesma depender de informações divulgadas pelas próprias empresas, fator este que nem sempre acontece e/ou é uniforme, as informações nem sempre se encontram no mesmo lugar e exigem do pesquisador certo trabalho para captar o maior número de informações possíveis. Para trabalhos futuros, recomenda-se a busca das práticas de produtos e serviços sustentáveis em outras áreas do setor financeiro brasileiro, como corretoras e distribuidoras, consórcios e instituições de pagamento, buscando entender de forma mais ampla o escopo e o desenvolvimento desse setor com relação às finanças sustentáveis. Além de uma busca mais a fundo do entendimento dessa evolução das finanças nos últimos anos, visando entender o nível de maturação no mercado, os motivos que levaram a essa evolução e até o próprio impacto de uma pandemia na área social dessas finanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, M. C. S. Modelo de avaliação da estratégia ambiental: uma ferramenta para a tomada de decisão. 2001. 218 p. *Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2001.*

Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: a Agenda 21 – Brasília: *Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas*, 1996.

Almeida, F. Os desafios da sustentabilidade. Rio de Janeiro: *Elsevier*, 2007.

B3. *Produtos e Serviços ESG*. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/green-bonds/>. Acesso em: 2 de junho de 2021

Banco Central Do Brasil. Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. *Conselho Monetário Nacional*, 2014

Brasil. Lei n.º 13636, de 21 de março de 2018. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). *Diário Oficial da União de 21/03/2018*, p.3, col.1.

Bruschi Júnior, F. A. & Delai, I. Caracterização da inovação sustentável nos bancos brasileiros de médio porte. *XXVI Congresso de Iniciação Científica e XI Congresso de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*, São Carlos. 2019.

Comini, G.M et al. O Debate de Finanças Sustentáveis no Brasil 04/09. In: *XXXV EnANPAD 2011*, 2011, Rio de Janeiro. *XXXV EnANPAD 2011*.

Fergus, A. & Rowney, J. Sustainable Development: Lost: Meaning and Opportunity? *Journal of Business Ethics*, 60, 2005.

Heinberg, B. R. *What Is Sustainability?* Califórnia, 2010.

Inácio, L.S. & Delai, I. Práticas de finanças sustentáveis: um estudo dos seis maiores bancos brasileiros. *ENGEMA*, 2017.

Lins, C. & Wajnberg, D. Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro. *CEP*, v.22610, p.180, 2007.

Organisation For Economic Co-Operation And Development. *Eco-innovation in industry: enabling green growth*. ,2009. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/environment/eco-innovation-in-industry_9789264077225-en>.

Ouchi, C. H. C. Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de

papele celulose. Rio de Janeiro: *UFRJ/COPPEAD*, 2006.

Pereira, J. R. & Perez, V. V. & Santos, G. S. & Consoli, L. S. & Silva, A. S. B. A sustentabilidade e a criação do valor compartilhado: o caso da empresa Faber Castell. *Revista Científica da FEPI*, Itajubá, v. 9, n.1, p. 1-5, 2016.

Romano, A. L. Proposta de modelo de avaliação da sustentabilidade corporativa: as práticas no setor de cosmético brasileiro. 204 f. *Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)*, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste, 2014.

Santos, P. M. & Finazzi, S. V. Análise do discurso ambiental dos bancos brasileiros de varejo cujas ações são negociadas na Bovespa. In: **Encontro Nacional De Anppas**, 4, 2008, Brasília.[Anais...]. Brasília: 2008.

Silva Inácio, L. & Delai, I. Sustainable banking: a systematic review of concepts and measurements. *Environ Dev Sustain* (2021). <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01371-7>

Tan, S. H. & Habibullah, M. S. & Tan, S. K. Corporate governance and environmental responsibility. *Annals of Tourism Research*. 2017. [No prelo.].

Tosini, M. F. C. & Ventura, E. C. F. & Cuoco, L. G. A. Políticas de responsabilidade socioambiental nos bancos: indutoras do desenvolvimento sustentável? *Revista da PGBC*, Brasília, v. 2, n. 2, dez. 2008.

World Commission on Environment and Development (WCED). *Report our common future*. Genebra, 1987. <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

World Commission On Environment And Development. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

APÊNDICE

Banco	Ativo total (R\$)	Tipo de controle
Banco do Brasil	1.483.093.012	Público Nacional
Itaú	1.319.086.107	Público Nacional
Caixa Econômica Federal (CEF)	1.231.805.987	Público Nacional
Bradesco	1.062.155.465	Público Nacional
Santander	664.671.016	Privado Nacional
Citibank	81.439.642	Privado Estrangeiro

Tabela 1 – Lista dos bancos de grande porte. Fonte: Inácio & Delai (2017)

Banco	Ativo total (R\$)	Tipo de controle
BTG Pactual	153.391.628	Privado Nacional
Safra	150.445.528	Privado Nacional
Votorantim	93.521.152	Privado Nacional
Banrisul	72.699.048	Público Nacional
Citibank	61.929.959	Privado Estrangeiro
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	54.046.937	Público Nacional
Bancoob	43.673.569	Cooperativa
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	41.243.917	Cooperativa
BNP Paribas	39.406.017	Privado Estrangeiro
JP Morgan Chase	35.945.604	Privado Estrangeiro
Credit Suisse	34.204.878	Privado Estrangeiro
ABC - Brasil	28.765.264	Privado Estrangeiro
Pan	26.069.719	Privado Nacional
Daycoval	24.451.335	Privado Nacional
Banco Rabobank International Brasil S.A.	22.586.622	Privado Estrangeiro
Banestes	22.592.538	Público Nacional
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A. (MUFG)	20.720.802	Privado Estrangeiro
Bofa Merrillynch	19.584.081	Privado Estrangeiro
CCB	19.437.498	Privado Estrangeiro
ING	17.484.908	Privado Estrangeiro

Tabela 2 – Lista dos bancos de médio porte. Fonte: Bruschi & Delai (2019)

Tipos de Produtos	Quantidade por banco		% de Evolução	Total Geral
	2018	2021		
Microcrédito	119	325	173%	444
Financiamento Socioambiental	71	142	100%	213
Avaliação de Riscos Socioambientais	62	72	16%	120
Crédito Responsável	39	64	64%	103
Fundo Socioambiental	18	31	72%	49
Mercado de Carbono	12	14	17%	26
Seguros Ambientais	5	13	160%	18
Títulos verdes	4	12	200%	16
Consórcio Socioambiental	0	7	-	7
Total Geral	330	680	106%	1010

Tabela 3 – Evolução dos produtos socioambientais

Tipos de Microcrédito	Anos		% de Evolução	Total Ger
	2018	2021		
Microcrédito - Industrialização	34	95	179%	129
Microcrédito - Agricultura/pecuária	20	67	235%	87
Microcrédito - Minorias	9	35	289%	44
Microcrédito - Ecologia	13	34	162%	47
Microcrédito - Custeio	8	30	275%	38
Microcrédito - Capital de Giro	9	22	144%	31
Microcrédito - Empreendedor	13	18	38%	31
Microcrédito - Outros	9	15	67%	24
Microcrédito - Regional/Governo/Servidor público	4	9	125%	13
Total Geral	119	325	173%	444

Tabela 4 – Tipos de Microcrédito

Tipos de Financiamento Socioambiental	Anos		% de Evolução	Total Geral
	2018	2021		
Financiamento - Energias renováveis	23	33	43%	56
Financiamento - Minorias	9	29	222%	38
Financiamento - Água/Resíduos	3	17	467%	20
Financiamento - Educação	6	12	100%	18
Financiamento - Redução de carbono	8	9	13%	17
Financiamento - Certificações sustentáveis	8	6	-25%	14
Financiamento - Regional	1	13	1200%	14
Financiamento - Agricultura/Recuperação de solos	5	9	80%	14
Financiamento - Veículos/Biocombustíveis	3	6	100%	9
Financiamento - Eficiência Energética	2	5	150%	7
Financiamento - Outros	3	3	0%	6
Total Geral	71	142	100%	213

Tabela 5 – Tipos de financiamentos socioambientais

Tipos de Avaliação de Riscos Socioambientais	Anos		% de Evolução	Total Geral
	2018	2021		
Avaliação dos clientes	36	34	-6%	70
PRSA - Política de Responsabilidade Socioambiental	15	23	53%	38
Outros	8	12	50%	20
Auditoria em políticas de avaliação de riscos socioambientais	3	3	0%	6
Total Geral	62	72	16%	134

Tabela 6 – Tipos de avaliação de riscos socioambientais

Tipos de Crédito Responsável	Anos		% de Evolução	Total Geral
	2018	2021		
Cursos/Palestras/Guias de educação financeira	18	24	33%	42
Plataforma/sites/jogos de educação financeira	9	26	189%	35
Treinamento de clientes	5	6	20%	11
Educação financeira no ensino básico	4	4	0%	8
Treinamento de funcionários	3	4	33%	7
Total Geral	39	64	64%	103

Tabela 7 – Tipos de crédito responsável

Bancos	Porte	Anos				Total Geral	% de Evolução	Porcentagem do total
		2018	Porcentagem do total	2021	Porcentagem do total			
Banco do Brasil	Grande	47	14,24%	95	13,97%	142	102%	14,06%
Santander	Grande	28	8,48%	91	13,38%	119	225%	11,78%
Itaú	Grande	32	9,70%	64	9,41%	96	100%	9,50%
Bradesco	Grande	22	6,67%	63	9,26%	85	186%	8,42%
Banco do Nordeste	Médio	25	7,58%	62	9,12%	87	148%	8,61%
CEF	Grande	30	9,09%	47	6,91%	77	57%	7,62%
Banrisul	Médio	12	3,64%	37	5,44%	49	208%	4,85%
Sicredi	Médio	19	5,76%	30	4,41%	49	58%	4,85%
ING	Médio	5	1,52%	29	4,26%	34	480%	3,37%
Safra	Médio	10	3,03%	25	3,68%	35	150%	3,47%
Banestes	Médio	12	3,64%	25	3,68%	37	108%	3,66%
Bancoob	Médio	20	6,06%	17	2,50%	37	-15%	3,66%
BOFA	Médio	15	4,55%	15	2,21%	30	0%	2,97%
Credit Suisse	Médio	6	1,82%	11	1,62%	17	83%	1,68%
MUFG	Médio	8	2,42%	11	1,62%	19	38%	1,88%
Votorantim	Médio	13	3,94%	10	1,47%	23	-23%	2,28%
BNP Paribas	Médio	10	3,03%	10	1,47%	20	0%	1,98%
Banco ABC	Médio	0	0,00%	10	1,47%	10	-	0,99%
JP Morgan Chase	Médio	5	1,52%	9	1,32%	14	80%	1,39%
BTG Pactual	Médio	4	1,21%	7	1,03%	11	75%	1,09%
Rabobank	Médio	5	1,52%	5	0,74%	10	0%	0,99%
Daycoval	Médio	1	0,30%	4	0,59%	5	300%	0,50%
Pan	Médio	1	0,30%	3	0,44%	4	200%	0,40%
Total Geral	-	330	100,00%	680	100,00%	1010	106%	100,00%

Tabela 8 – Evolução das finanças sustentáveis nos bancos

Investimento	Anos				% de Evolução	Total Geral
	Quantidade		Quantidade por banco			
	2018	2021	2018	2021		
Nacional	209	442	17,42	36,83	111%	651
Cooperativa	39	47	19,5	23,5	21%	86
Estrangeiro	82	191	9,11	15,92	75%	273
Total Geral	330	680	14,35	29,57	106%	1010

Tabela 9 – Evolução das finanças por tipo de investimento

Tipo de controle	Anos				% de Evolução	Total Geral
	Quantidade		Quantidade por banco			
	2018	2021	2018	2021		
Público	126	266	25,2	53,2	111%	392
Cooperativa	39	47	19,5	23,5	21%	86
Privado	165	367	10,31	22,94	122%	532
Total Geral	330	680	14,35	29,57	106%	1010

Tabela 10 – Evolução das finanças por tipo de controle

Bancos	Tipos de investimento	Tipo de controle	Principais produtos sustentáveis											Total geral	
			Avaliação de riscos socioambientais			Crédito responsável			Financiamento socioambiental			Microcrédito			
			Quantidade		% de evolução	Quantidade		% de evolução	Quantidade		% de evolução	Quantidade			% de evolução
			2018	2021		2018	2021		2018	2021		2018	2021		
Banco do Brasil	Nacional	Público	6	7	17%	5	14	180%	11	11	0%	10	44	340%	108
Santander	Estrangeiro	Privado	7	7	0%	4	7	75%	9	26	189%	4	36	800%	100
Banco do Nordeste	Nacional	Público	2	2	0%	1	6	500%	1	20	1900%	21	32	52%	85
Bradesco	Nacional	Privado	4	5	25%	5	10	100%	8	5	-38%	4	40	900%	81
Itaú	Nacional	Privado	9	9	0%	8	8	0%	6	8	33%	5	27	440%	80
CEF	Nacional	Público	8	9	13%	4	3	-25%	10	11	10%	4	19	375%	68
Total Geral	-	-	36	39	8%	27	48	78%	45	81	80%	48	198	313%	522

Tabela 11 – Relação entre produtos sustentáveis e bancos mais relevantes

Prática	Própria			Repasso Governamental			Y = Própria/Repasso Governamental		Total Geral
	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	
Microcrédito	35	110	214%	84	215	156%	0,42	0,51	444
Financiamento Socioambiental	25	77	208%	46	65	41%	0,54	1,18	213
Outros	140	213	52%	0	0	-	-	-	353
Total Geral	200	400	100%	130	280	115%	-	-	1010

Tabela 12 – Interferência governamental nos produtos socioambientais

Tipos de Microcrédito	Tipos de controle															Total Geral			
	Cooperativa						Privado						Público						
	Própria			Repasso governamental			Própria			Repasso governamental			Própria		Repasso governamental				
	2018	2021	% de evolução	2018	2021	% de evolução	2018	2021	% de evolução	2018	2021	% de evolução	2018	2021	% de evolução				
Microcrédito - Industrialização	0	5	+	16	12	-25%	0	8	+	4	29	625%	3	8	167%	11	33	200%	129
Microcrédito - Agricultura/pecuária	0	1	+	5	4	-20%	2	17	750%	6	23	283%	1	5	400%	6	17	183%	87
Microcrédito - Ecologia	0	1	+	4	2	-50%	0	7	+	1	4	300%	1	2	100%	7	18	157%	47
Microcrédito - Minorias	0	0	0%	0	1	+	3	16	433%	0	0	0%	1	3	200%	5	15	200%	44
Microcrédito - Custeio	0	1	+	3	3	0%	0	4	+	2	11	450%	0	0	0%	3	11	267%	38
Microcrédito - Capital de Giro	0	0	0%	0	0	0%	3	4	33%	2	7	250%	4	7	75%	0	4	+	31
Microcrédito - Empreendedor	1	0	-100%	1	2	100%	2	5	150%	4	6	50%	3	2	-33%	2	3	50%	31
Microcrédito - Outros	1	1	0%	0	0	0%	2	2	0%	1	4	300%	5	8	60%	0	0	0%	24
Microcrédito - Regional/Governo/Servidor público	0	0	0%	1	0	-100%	1	1	0%	0	0	0%	2	2	0%	0	6	+	13
Total Geral	2	9	350%	30	24	-20%	13	64	392%	20	84	320%	20	37	85%	34	107	215%	444

Tabela 13 – Influência dos repasses governamentais nos tipos de microcrédito em cada tipo de controle bancário

Tipos de Microcrédito	Tipos de investimento															Total Geral			
	Cooperativa						Estrangeiro						Nacional						
	Própria			Repasso governamental			Própria			Repasso governamental			Própria		Repasso governamental				
	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução				
Microcrédito - Industrialização	0	5	+	16	12	-25%	0	4	+	0	9	+	3	12	300%	15	53	253%	129
Microcrédito - Agricultura/pecuária	0	1	+	5	4	-20%	0	10	+	3	6	100%	3	12	300%	9	34	278%	87
Microcrédito - Ecologia	0	1	+	4	2	-50%	0	4	+	0	1	+	1	5	400%	8	21	163%	47
Microcrédito - Minorias	0	0	0%	0	1	+	1	5	400%	0	0	0%	3	14	367%	5	15	200%	44
Microcrédito - Custeio	0	1	+	3	3	0%	0	3	+	1	2	100%	0	1	+	4	20	400%	38
Microcrédito - Capital de Giro	0	0	0%	0	0	0%	1	1	0%	1	3	200%	6	10	67%	1	8	700%	31
Microcrédito - Empreendedor	1	0	-100%	1	2	100%	1	3	200%	0	1	+	4	4	0%	6	8	33%	31
Microcrédito - Outros	1	1	0%	0	0	0%	1	1	0%	0	1	+	6	9	50%	1	3	200%	24
Microcrédito - Regional/Governo/Servidor público	0	0	0%	1	0	-100%	1	1	0%	0	0	0%	2	2	0%	0	6	+	13
Total Geral	2	9	350%	30	24	-20%	5	32	540%	5	23	360%	28	69	146%	49	168	243%	444

Tabela 14 - Influência dos repasses governamentais nos tipos de microcrédito em cada tipo de investimento bancário

Tipos de Financiamento Socioambiental	Tipos de controle															Total Geral			
	Cooperativa						Privado						Público						
	Própria			Repasso governamental			Própria			Repasso governamental			Própria				Repasso governamental		
	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução		2018	2021	% de Evolução
Financiamento - Energias renováveis	1	1	0%	0	0	0%	16	21	31%	4	2	-50%	0	1	+	2	8	300%	56
Financiamento - Minorias	0	0	0%	0	1	+	0	19	+	3	2	-33%	0	1	+	6	6	0%	38
Financiamento - Água/Resíduos	0	0	0%	0	2	+	0	8	+	1	2	100%	0	1	+	2	4	100%	20
Financiamento - Educação	0	1	+	0	0	0%	0	4	+	1	1	0%	0	2	+	5	4	-20%	18
Financiamento - Redução de carbono	0	0	0%	1	1	0%	2	4	100%	3	2	-33%	0	0	0%	2	2	0%	17
Financiamento - Agricultura/Recuperação de solos	0	0	0%	0	1	+	0	1	+	3	3	0%	0	0	0%	2	4	100%	14
Financiamento - Certificações sustentáveis	0	0	0%	0	0	0%	3	3	0%	4	2	-50%	0	0	0%	1	1	0%	14
Financiamento - Regional	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	1	13	1200%	14
Financiamento - Veículos/Biocombustíveis	0	0	0%	0	0	0%	1	3	200%	1	2	100%	0	0	0%	1	1	0%	9
Financiamento - Eficiência Energética	0	0	0%	0	0	0%	0	4	+	2	1	-50%	0	0	0%	0	0	0%	7
Financiamento - Outros	0	0	0%	0	0	0%	1	2	100%	1	0	-100%	1	1	0%	0	0	0%	6
Total Geral	1	2	100%	1	5	400%	23	69	200%	23	17	-26%	1	6	500%	22	43	95%	213

Tabela 15 - Influência dos repasses governamentais nos tipos de financiamento socioambiental em cada tipo de investimento bancário

Tipos de Financiamento Socioambiental	Tipos de investimento															Total Geral			
	Cooperativa						Estrangeiro						Nacional						
	Própria			Repasso governamental			Própria			Repasso governamental			Própria				Repasso governamental		
	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução	2018	2021	% de Evolução		2018	2021	% de Evolução
Financiamento - Energias renováveis	1	1	0%	0	0	0%	15	20	33%	1	0	-100%	1	2	100%	5	10	100%	56
Financiamento - Minorias	0	0	0%	0	1	+	0	19	+	1	1	0%	0	1	+	8	7	-13%	38
Financiamento - Água/Resíduos	0	0	0%	0	2	+	0	8	+	1	1	0%	0	1	+	2	5	150%	20
Financiamento - Educação	0	1	+	0	0	0%	0	3	+	0	0	0%	0	3	+	6	5	-17%	18
Financiamento - Redução de carbono	0	0	0%	1	1	0%	2	3	50%	1	1	0%	0	1	+	4	3	-25%	17
Financiamento - Agricultura/Recuperação de solos	0	0	0%	0	1	+	0	1	+	1	1	0%	0	0	0%	4	6	50%	14
Financiamento - Certificações sustentáveis	0	0	0%	0	0	0%	2	2	0%	1	0	-100%	1	1	0%	4	3	-25%	14
Financiamento - Regional	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	1	13	1200%	14
Financiamento - Veículos/Biocombustíveis	0	0	0%	0	0	0%	1	3	200%	0	1	+	0	0	0%	2	2	0%	9
Financiamento - Eficiência Energética	0	0	0%	0	0	0%	0	4	+	2	0	-100%	0	0	0%	0	1	+	7
Financiamento - Outros	0	0	0%	0	0	0%	1	2	100%	1	0	-100%	1	1	0%	0	0	0%	6
Total Geral	1	2	100%	1	5	400%	21	65	210%	9	5	-44%	3	10	233%	36	55	53%	213

Tabela 16 - Influência dos repasses governamentais nos tipos de financiamento socioambiental em cada tipo de controle bancário

Banco	Microcrédito (Não obrigatório)		
	Atende a legislação	% de atendimento a legislação	Motivo
Banco ABC	SIM	100%	
BANCO DE TOKYO – MITSUBISHI UFJ BRASIL S.A.	SIM	100%	
Banco do Brasil	SIM	100%	
Banco do Nordeste	SIM	100%	
Bancoob	SIM	100%	
Banestes	SIM	100%	
Banrisul	SIM	100%	
BNP Paribas	SIM	33%	Apresenta microcrédito sem especificar o tipo
BOFA	SIM	67%	Apresenta microcrédito urbano
Bradesco	SIM	100%	
BTG Pactual	SIM	0%	Não apresenta microcrédito em seu portfólio
CEF	SIM	100%	
Credit Suisse	SIM	0%	Não apresenta microcrédito em seu portfólio
Daycoval	SIM	33%	Apresenta microcrédito sem especificar o tipo
ING	SIM	0%	Não apresenta microcrédito em seu portfólio
Itaú	SIM	100%	
JP Morgan Chase	SIM	0%	Não apresenta microcrédito em seu portfólio
Pan	SIM	0%	Não apresenta microcrédito em seu portfólio
Rabobank	SIM	0%	
Safra	SIM	100%	
Santander	SIM	100%	
Sicredi	SIM	100%	
Votorantim	SIM	67%	Apresenta apenas microcrédito rural

Tabela 17 – Grau de atendimento à legislação dos bancos em relação ao PNMPO